



## Seminário Internacional de integração - Brasil e Angola



**Autoridades do MPM recebem delegação angolana**

págs. 4 e 5



### PJMs

**Secretários reúnem-se em Brasília**

pág. 6 e 7

### Seções

MPM na Mídia      pág. 2

MPM em ação      pág. 8

### Maceió

**36º Encontro dos Corregedores - Gerais do Ministério Público e da União,**  
pág. 7



### Ainda nesta Edição

"Caso Pinochet"      pág. 3

visite nosso site: [www.mpm.gov.br](http://www.mpm.gov.br)



## Brasil recebe Angola para seminário Internacional



João Maria Moreira de Sousa

Em agosto (20 a 22), foi realizado na Procuradoria Geral da Justiça Militar - PGJM o “IV Seminário Internacional de Integração dos Ministérios Públicos Militares do Brasil e de Angola”. O encontro teve por objetivo o intercâmbio de informações e experiências, bem como o desenvolvimento de trabalhos conjuntos visando intensificar a integração dos MPMs participantes. O evento trouxe a capital federal, autoridades angolanas como o vice-procurador-geral da República de Angola e procurador-geral das Forças Armadas Angolanas - FAA, João Maria Moreira, que juntamente com sua delegação foi recebido pela procuradora-geral da Justiça Militar, Marisa Cauduro.

No seu discurso de abertura, Marisa afirmou que o propósito desses encontros, em períodos regulares, é propiciar a manutenção do debate, difundindo novas idéias e renovando informações peculiares. “A integração, com as transferências de experiências originais e, principalmente, o conhecimento das áreas de atribuições dos Promotores de Justiça Militar, em tempo de paz e em período de guerra, é fundamental. Entendo que a promoção de reuniões jurídicas é indispensável ao dinamismo que deve incidir em todos os foros das instituições que perseguem a atualização constante”, declarou a anfitriã.

Na programação, palestras abordando temas como a luta contra a corrupção; Ministério Público e a advocacia; modernização da Polícia Judiciária; Direito Humanitário; reforma da Justiça Militar. Além disso, o evento foi marcado por

debates ao final de cada palestra, coordenados pelo vice-procurador-geral, em exercício, Mário Sérgio Soares.

**Corrupção em debate** - No primeiro dia do seminário Internacional, procurador-geral angolano João Maria Moreira ministrou palestra com o tema “A luta contra a corrupção: uma maneira de elevar a integridade moral nas FAA”. Dentre as várias abordagens do tema, o palestrante avaliou que a corrupção é um problema moral, uma falta grave na consciência dos



João Maria Moreira de Sousa

servidores públicos. Em sua análise, o fenômeno afeta o normal desenvolvimento da gestão pública e incide sobre a economia e as políticas de crescimento de um país. João Maria falou que a globalização, na sua tendência atual, tem gerado um ambiente propício para o incremento da corrupção em níveis inimagináveis, adaptando empresas ao exercício de atividades ilícitas e completou “devemos abordar o fenômeno com seriedade, tomando medidas corretas de prevenção e controle. Acredito que a causa dos altos níveis de corrupção do povo angolano, não está no mau caráter de alguns, mas no conjunto de deficiências existentes nas nossas instituições”. E conclui dizendo: “a corrupção é própria da condição humana e a história deste fenômeno se confunde com a própria história do Estado”.

**Modernidade** – “O Ministério Público e a Advocacia, seu relacionamento congruente e divergente” foi o assunto abordado pelo subprocurador-geral da

Justiça Militar Kleber Coêlho. Segundo ele, a modernização ministerial brasileira contribuiu para a adaptação às novas exigências do direito social. “Penso que é pertinente à Defensoria Pública a garantia individual e coletiva de assistência jurídica gratuita à população necessitada, prevista na Constituição Federal. Já o membro do Ministério Público deve estar sempre vigilante a impedir a impunidade dos criminosos, ricos ou pobres, assim como aos que, à sombra do poder, arrombam o erário e se apoderam das riquezas da nação”, falou Kleber Coelho ao encerrar sua apresentação.

**Tribunal Penal** - Na abertura do segundo dia de seminário, o Coordenador da Câmara de Cooperação e Revisão, Carlos Frederico, discorreu sobre “Direito Humanitário e Tribunal Penal Internacional – TPI”. Crimes de guerra, Estatuto de Roma, conflitos agrários e armados foram assuntos abordados. Questionado quanto à atuação do TPI Carlos Frederico declarou: “acredito que o TPI seja uma jurisdição permanente e complementar que não se substitui, e que age na medida em que a jurisdição interna de um país não atuar”.



Carlos Frederico de Oliveira Pereira

**Reforma no sistema** - Dando continuidade ao encontro o angolano Helder Pittagrós, diretor de Polícia Judiciária Militar, abordou “A reforma no sistema de Justiça Militar em Angola”, falando do movimento guerrilheiro angolano, da luta armada e a independência. “Em 1977, as Forças Armadas Angolanas, após uma tentativa de golpe de Estado, necessitaram de uma



Helder Fernando Pittagrós

reforma e com isso foram criados Tribunais e Procuradorias Militares”. Pittagrós

explicou que a Justiça Militar do seu país era formada, em grande parte, por militares que não possuíam formação jurídica, tendo em vista que o curso de Direito surgiu em Angola somente em 1977. “Eu e mais um colega, fomos os primeiros integrantes nos órgãos militares licenciados em Direito”, disse Helder Pittagrós.

**Polícia Judiciária** – A palestra “A necessidade de modernização da polícia judiciária brasileira”, apresentada pelo procurador da Justiça Militar em Minas Gerais, Antônio Duarte, encerrou o evento. Em sua reflexão a falta de formação investigativa, incide no despreparo de

oficiais e prejudica os trabalhos de apuração dos casos. “A Polícia Judiciária precisa ser aparelhada e reorganizada em bases científicas. Acredito que, aperfeiçoar os conhecimentos em relação aos processos de combate ao crime é sempre uma necessidade imperiosa, em face do aumento da criminalidade, dos crimes violentos, da corrupção associada ao tráfico de drogas e do surgimento de novas formas de crime organizado. É necessário, portanto, que a Polícia Judiciária seja realmente aquele ‘olho’ da justiça, mas para isso é preciso que se reorganize e alcance um grau de modernização e aperfeiçoamento científico”, finalizou Antônio Duarte.



### A delegação angolana de 2003

Chefiada pelo general João Maria, foi integrada também pelos oficiais: tenente-general Antônio dos Santos Neto - juiz do Supremo Tribunal Militar, brigadeiro Helder Pittagrós - diretor da Polícia Judiciária Militar, coronel Adão Antônio - chefe de Repartição de Fiscalização Judicial da Procuradoria Militar das FAA, e tenente-coronel Juscelino Sombreiro - procurador militar da Zona de Militar Bié. A comitiva angolana recebeu, no encerramento, placas de homenagem do Ministério Público Militar brasileiro. Na avaliação de Juscelino Sombreiro, as informações adquiridas durante o evento foram de enorme valia e, durante a entrevista, afirmou: “irei me aprofundar na legislação brasileira para que no próximo seminário eu possa participar mais ativamente”.



## Protocolo de Cooperação: o início

As relações institucionais com o Ministério Público Angolano foram instituídas no primeiro semestre de 1997, por ocasião da visita de uma delegação do Ministério Público Brasileiro àquele país, para de conhecer as atividades conduzidas por militares do Brasil que integravam a Força de Manutenção de Paz da ONU. A partir desse marco fundamental, autoridades brasileiras, a alta administração da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, e a Embaixada de Angola, no Brasil, e da do Brasil, em Luanda, uniram esforços para impulsionar acordo cooperativo celebrado em Luanda no mês de outubro do ano seguinte, reafirmado igualmente no mês de outubro do ano passado.

Esse intercâmbio com a Justiça Militar de Angola partiu da iniciativa do ex-procurador-geral da Justiça Militar Kleber de Carvalho Coelho, que durante os quatro anos (1996-1999) de mandato promoveu diversos seminários jurídicos na sede do MPM, em Brasília, e em Luanda, permitindo que fosse consolidado o propósito de intercâmbio permanente com aquele país. Pelo lado angolano, o general Benigno Vieira Lopes, adido das Forças Ar-

madas Angolanas e decano dos adidos de forças estrangeiras no Brasil, desempenhou inestimável contribuição para o fortalecimento das visitas das delegações.

O acordo celebrado com o Ministério Público de Angola resultou em enriquecedora percepção de experiências, notadamente àquelas relativas à atuação do promotor em áreas de conflito armado, programas de prevenção à criminalidade militar e à organização e preparo dos quadros em tempos de guerra.

O protocolo de cooperação compreende a troca de informações, experiências e ações de aperfeiçoamento, no campo do Direito Penal, Processual e Administrativo, relativas à atuação do Ministério Público, da Justiça Militar, da Polícia Judiciária Militar, e, também, a troca de bibliografias, o desenvolvimento de trabalhos conjuntos visando proporcionar aos integrantes da Justiça Militar Angolana, em seu país e no Brasil, a participação em seminários, conferências, cursos de especialização e outros eventos vinculados à Justiça Militar ou ao Direito Militar organizados pelo MPM brasileiro ou por entidades conveniadas de aperfeiçoamento jurídico e no conhecimento científico e cultural.